

A firefighter in a yellow jacket and helmet is using a high-pressure water hose to extinguish a fire. The scene is dark with bright orange flames and a powerful stream of water. The background is filled with smoke and fire. The bottom of the image has a blue geometric pattern.

2025 RELATÓRIO CONTAS



CONVOCATÓRIA

ROGÉRIO DE JESUS SANCHES FERNANDES, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor, em obediência ao disposto no artigo 45º, alínea c) dos Estatutos, convoca todos os Associados para uma **Reunião Ordinária da Assembleia Geral**, no dia 27 de Março de 2026 às 19H e 30M no Quartel Sede;

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

- 1º - Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas de Gerência do ano económico de 2025;
- 2º - Proposta da Direção para aumento da Quota de 9,00€ para 12,00€/ANO
- 3º - Proposta da Direção para Alteração do Artigo 26.º dos Estatutos;

DURAÇÃO DO MANDATO DOS ELEITOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS (ATUAL):

A Duração do mandato dos eleitos para os Órgãos Sociais é de três anos, sem prejuízo de destituição, dos termos da lei.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

O ARTIGO 26º DOS ESTATUTOS PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

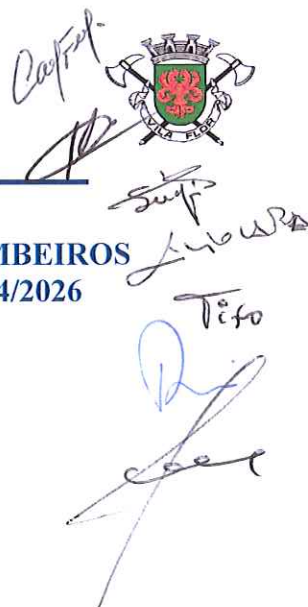
- 1 - O mandato Social tem a duração de quatro anos e inicia-se com a tomada de posse.
 - 2 - Os titulares dos Órgãos Sociais mantem- se em funções até à posse dos novos titulares.
 - 3 - O exercício do mandato dos titulares dos Órgãos Sociais só pode ter início após a respetiva tomada de posse, a qual, é dada pelo presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral até ao 30º dia posterior ao da eleição.
 - 4 - O Presidente da Direção, só pode ser eleito para três mandatos consecutivos, após entrada em vigor do presente Estatuto.
 - 5 - Incumbe aos Órgãos Sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores documentos e arquivo da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor aos Órgãos Sociais eleitos para novo mandato e até à posse destes, bem como informá-los com rigor de todas as circunstâncias relevantes que se possam repercutir na execução do mandato Social.
- 4º - Outros assuntos julgados de interesse e admitidos pela Assembleia Geral nos termos Estatutários;
Se à hora marcada, não estiver presente a maioria absoluta de Sócios, a mesma funcionará meia hora depois com qualquer número de Sócios presentes.

Os documentos referentes ao ponto 1º da Convocatória encontram-se afixados na Sede da Associação, para consulta dos Sócios interessados.

Vila Flor, 18 de Março de 2026

O Presidente da Assembleia Geral

(Rogério de Jesus Sanches Fernandes)



**ORGÃOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DE VILA FLOR PARA O TRIÊNIO DE 2024/2026**

Assembleia Geral

- Presidente:** * Rogério de Jesus Sanches Fernandes
Vice-presidente: * Carlos Augusto Carvalho
Secretário: * António José Morais Carvalho
Suplentes: * José Carlos Martins Carvalho
* Manuel dos Santos Pinhel

Direção

- Presidente:** * Carlos Manuel Soares Fernandes
Vice-presidente: * António Júlio Martins Lapa
1º Secretário: * José Fernando Gonçalves Couto Magalhães
2º Secretário * Rui Pedro Pereira Machado
Tesoureiro: * Sérgio Manuel Meireles Cordeiro Paulo
Vogal: * Tito Lívio Teixeira Almeida
Vogal: * Manuel António Prazeres Madureira
Suplentes: * Heitor Assunção Pires Carvalho
* Luís Fernando Rodrigues Gonçalves
* Júlio Santos Tabuada Lazaro

Conselho Fiscal

- Presidente:** * Pedro José Sampaio de Barros
Vice-presidente: * Manuel Duarte Lopes Frutuoso
Secretário: * Rui Miguel Moutinho Matias
Suplentes * Francisco António Frutuoso Gonçalves
* António Manuel Morais Bonifácio



INTRUDUÇÃO

Ser bombeiro voluntário é assumir responsabilidade sem cálculo e agir antes de ser chamado. É disciplina com humanidade.

Como ensinou Baden-Powell:

“A verdadeira forma de obter felicidade é fazendo os outros felizes.”

A Direção expressa reconhecimento profundo a todos os bombeiros, comando, associados, colaboradores, entidades públicas e privadas e à população de Vila Flor, cuja confiança legítima diariamente o nosso trabalho.

Continuaremos a preparar esta Associação para o imprevisto, porque servir é antecipar, prevenir e agir — com coragem, competência e honra.



Relatório e Contas de Gerência Exercício de 2025

Nos termos legais aplicáveis e em conformidade com os Estatutos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor, a Direção apresenta à Assembleia Geral o Relatório e Contas de Gerência respeitante ao exercício de 2025, para apreciação, discussão e votação.

Enquadramento Geral

O ano de 2025 foi um período de consolidação estrutural, reforço institucional e exigência operacional acrescida. Num contexto nacional e internacional marcado por instabilidade económica, fenómenos climáticos extremos e pressão sobre os serviços de proteção e socorro, a nossa Associação respondeu com rigor organizativo, disciplina financeira e elevado sentido de missão.

Assumimos, de forma clara, que a sustentabilidade de uma corporação de bombeiros voluntários não se constrói apenas com meios materiais, mas com método, planeamento e liderança. Como afirmou **Robert Baden-Powell**, fundador do movimento escutista:

“O melhor meio para alcançar a felicidade é contribuir para a felicidade dos outros.”
É esta matriz de serviço que continua a orientar cada decisão desta Direção.

Gestão Financeira e Sustentabilidade

O exercício de 2025 exigiu uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis, assegurando:

- Cumprimento integral das obrigações salariais e contributivas;
- Manutenção preventiva e corretiva da frota operacional;
- Investimento contínuo em equipamentos de proteção individual e coletiva;
- Controlo rigoroso da despesa corrente, com reforço de mecanismos de eficiência energética e otimização de consumos.

Foi dada prioridade ao equilíbrio estrutural das contas, assegurando robustez financeira e capacidade de resposta imediata em cenário de emergência. A disciplina orçamental permitiu preservar a estabilidade patrimonial da Associação, garantindo a continuidade do serviço público essencial que prestamos.

A solidez da estrutura financeira constitui não apenas um indicador contabilístico, mas um instrumento de confiança perante associados, parceiros e comunidade.

Investimento e Modernização

Durante 2025 prosseguimos uma estratégia de modernização sustentada, orientada para três eixos fundamentais:

1. **Capacitação operacional** – reforço da prontidão e melhoria dos tempos de resposta;



*Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor

2. **Valorização dos recursos humanos** – formação contínua e qualificação técnica;
3. **Reforço da resiliência organizacional** – planeamento de médio e longo prazo.

A Direção manteve diálogo institucional construtivo com as entidades governamentais e com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, reconhecendo que a estabilidade do setor depende de políticas públicas coerentes e financiamento previsível.

A cooperação com o Município de Vila Flor e com as Juntas de Freguesia permaneceu determinante, traduzindo-se em apoio logístico, articulação operacional e proximidade à população.

Cultura de Serviço e Missão

Num ano de exigência operacional elevada, reafirmámos que a identidade da nossa Associação se sustenta em valores.

Recordamos novamente Baden-Powell: “Deixai o mundo um pouco melhor do que o encontrastes.”

Cada saída para ocorrência, cada formação concluída, cada prevenção realizada traduz essa ambição simples e exigente: servir melhor do que ontem.

O voluntariado que caracteriza a nossa corporação continua a ser a sua maior força estratégica. A dedicação dos nossos bombeiros é o ativo intangível mais valioso desta instituição.




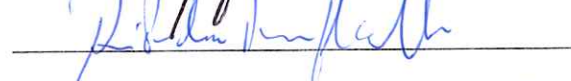
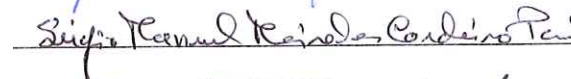
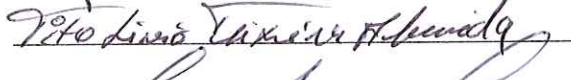

Proposta à Assembleia Geral

Nos termos estatutários, a Direção propõe:

- 1.º A aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2025;
- 2.º Que o resultado líquido apurado seja integrado na conta de Resultados Transitados, reforçando a autonomia financeira da Associação.

Vila Flor, 17 de Março 2026

A Direção



1 - Recursos Humanos

Assalariados e Voluntários:

Corpo de Bombeiros		Voluntários	Assalariados
Quadro de Comando	Comandante	1	0
	2º Comandante	1	0
	Adjunto de Comando	0	1
Quadro ativo	Oficiais Bombeiros	0	0
	Chefe	0	0
	Subchefe	0	4
	Bombeiro 1ª	5	3
	Bombeiro 2ª	5	6
	Bombeiro 3ª	42	6
Sem Quadro	Estagiários	14	0
Total		68	20
Bombeiro Especialista		1	0
Quadro de Reserva		21	0
Quadro de Honra		7	1
Total		97	21
Assalariados não pertencentes ao Corpo de Bombeiros			
Assistente Administrativo		0	1
Trabalhadora de Serviços Gerais		0	1
Total de Assalariados			23



2 – FORMAÇÃO

FORMAÇÃO	
CURSO	N.º DE FORMANDOS
Técnicas de Socorrismo	6
Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM), Abordagem à Vítima e Reanimação	12
Abordagem pre-hospitalar básica às emergências , médicas e trauma	12
Manobras de desencarceramento	3
Salvamento rodoviário-iniciação	12
RTAS - Recertificação Tripulante Ambulância de Socorro	1
RTAT - Recertificação Tripulante Ambulância de Transporte	6
TAS - Tripulante de Ambulância de Socorro	1
Provas de Ingresso na Carreira de Bombeiro	12
Bombeiro Mergulhador	6
Condução Fora de Estrada na Atividade de Bombeiros	1
TREINOS OPERACIONAIS	N.º DE FORMANDOS
Ferramentas de apoio à decisão – FEB Monitorização	3
EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	N.º DE ELEMENTOS
Extinção de incêndios rurais - desenvolvimento	1
EXTINÇÃO DE INCÊNDIOS URBANOS	N.º DE ELEMENTOS
Extinção de incêndios urbanos - Iniciação (atualização)	12



3 - Recursos Móveis – Veículos

Veículos Saúde: Emergência Pré-Hospitalar

Sigla	Matrícula	Marca	Tipo Serviço	Ano	Observações
ABSC 02	98-28-UN	Mercedes-Benz	Ambulância de Socorro	2002	
ABSC 04	55-QQ-55	Iveco	Ambulância de Socorro	2006	
ABSC 05	88-XA-66	Mercedes-Benz	Ambulância de Socorro	2019	
ABSC 21	BN-18-XM	Mercedes-Benz	Ambulância de Socorro	2024	

Veículos Saúde: Transporte de Doentes

Sigla	Matrícula	Marca	Tipo Serviço	Ano	Observações
ABTD 06	47-64-IP	Volkswagen	Transporte Doentes	1997	
ABTD 07	56-20-QD	Mercedes-Benz	Transporte Doentes	2000	
ABTD 09	38-97-TT	Mercedes-Benz	Transporte Doentes	2002	
ABTD 11	25-77-SF	Mercedes-Benz	Transporte Doentes	2002	
ABTD 12	28-IH-96	Volkswagen	Transporte Doentes	2009	
VDTD 01	52-AF-93	Mercedes-Benz	Transporte Doentes	2004	
ABTM 13	95-QN-57	Renault	Transporte Doentes	2015	
VDTD 11	87-HV-39	Volkswagen	Transporte Doentes	2009	
ABTM 14	56-UZ-23	Volkswagen	Transporte Doentes	2018	
ABTM 15	AD-36-AF	Volkswagen	Transporte Doentes	2020	
VDTD 18	BC-75-LV	Ford	Transporte Doentes	2023	
ABTM 19	BB-38-XI	Ford	Transporte Doentes	2023	
VDTD 20	BO-54-UH	Ford	Transporte Doentes	2024	

Veículos: Comando - Desencarceramento - Incêndios

Sigla	Matrícula	Marca	Tipo Serviço	Ano	Observações
VCOT 01	14-60-HX	Mitsubishi	Veículo de Comando	1997	
VFCI 02	04-90-OM	Mercedes-Benz	Veículos de combate a incêndio	1999	
VFCI 04	18-NI-05	Mercedes-Benz	Veículos de combate a incêndio	1998	
VFCI 06	49-NV-96	Renault	Veículos de combate a incêndio	1992	
VFCI 07	46-OD-11	Renault	Veículos de combate a incêndio	1987	
VRCI 01	73-73-HH	Toyota	Veículos de combate a incêndio	1996	
VLCI 03	52-40-RQ	Land-Rover	Veículos de combate a incêndio	2001	
VTTU 02	IV-97-26	Ford	Veículos de apoio logístico	1981	
VTTU 03	85-56-GZ	Volvo	Veículos de apoio logístico	1984	
VTTU 04	RO-93-59	Volvo	Veículos de apoio logístico	1986	
VTGC 05	71-68-XZ	Renault	Veículos de apoio logístico	2004	
VTTU 06	BC-39-XT	Daf	Veículos de apoio logístico	2023	
VALE 06	65-VB-65	Steyr	Veículo de apoio logístico específico	2020	
VTTF 07	BN-65-JV	Iveco	Veículo Tanque Tático Florestal	2024	
VSAT 01	91-MB-13	Iveco	Veículo de socorro e assistência técnica	2011	
VOPE 01	QH-37-57	Ford	Veículos para Operações Específica	1988	
VOPE 02	89-25-GO	Volkswagen	Veículos para Operações Específica	1996	
VTPT 02	RS-34-83	Toyota	Veículos de transporte de pessoal	1983	



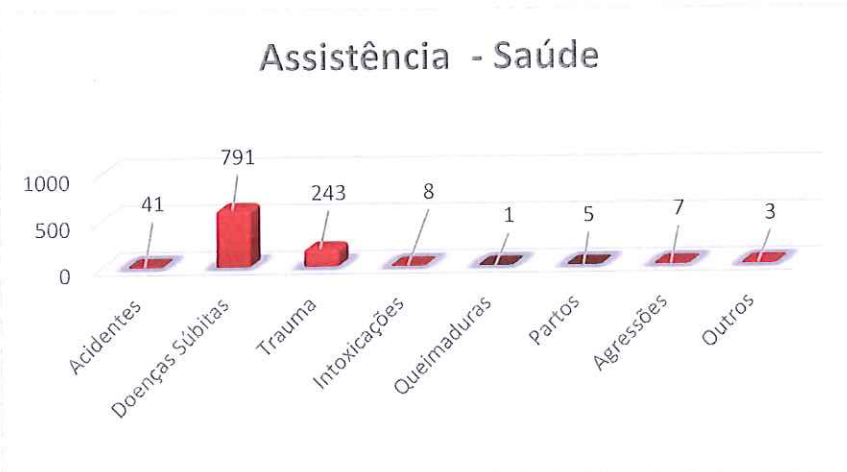
Veículos: Outros Veículos					
Sigla	Matrícula	Marca	Tipo Serviço	Ano	Observações
--	26-CJ-71	Suzuki	--	1999	Motociclo
--	55-EE-12	Suzuki	--	1999	Motociclo
--	PQ-97-18	Nissan	--	1991	
--	60-78-EE	Volkswagen	--	1994	
--	48-EA-78	Hyundai	--	1998	
--	93-AE-39	Renault	--	2005	
--	52-NI-35	Mitsubishi	--	2012	
VAME	10-56-OH	Volkswagen	Resgate e Salvamento Aquático	1999	

Veículos: Museu					
Sigla	Matrícula	Marca	Tipo Serviço	Ano	Observações
	MO-85-54	Austin	--		
VTPT 01	HZ-21-77	Land-Rover	--	1977	
	EA-88-92	Willys	--		
		Land-Rover	--		

4 - SERVIÇOS PRESTADOS

4.1 – Emergências Pré-hospitalar

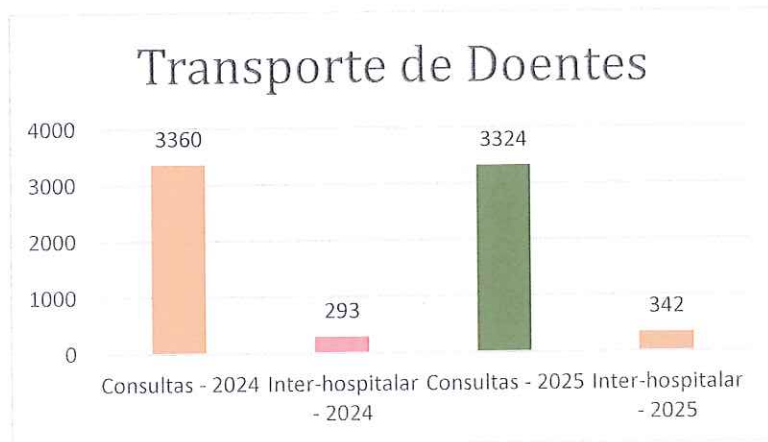
Assistência - Imergente	
Acidentes	41
Doenças Súbitas	791
Trauma	243
Intoxicações	8
Queimaduras	1
Partos	5
Agressões	7
Outros	3





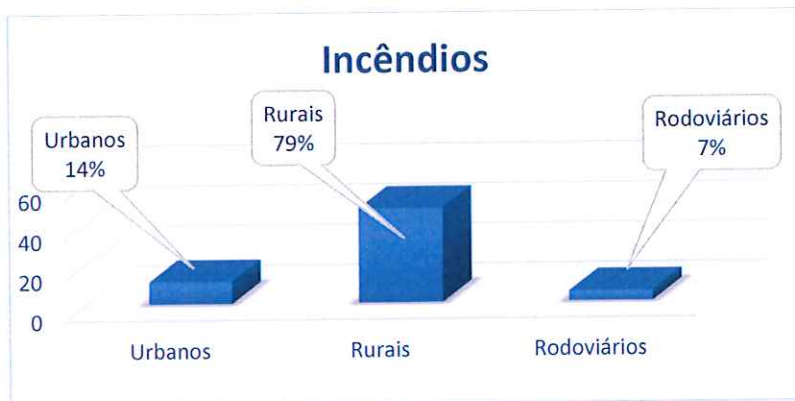
2 – Transporte de Doentes

Transporte de Doentes	
Consultas - 2024	3360
Inter-hospitalar - 2024	293
Consultas - 2025	3324
Inter-hospitalar - 2025	342



4.3 – Incêndios

Incêndios	
Urbanos	12
Rurais	64
Rodoviários	5



Capitão
Sargento
Leandro
Nito



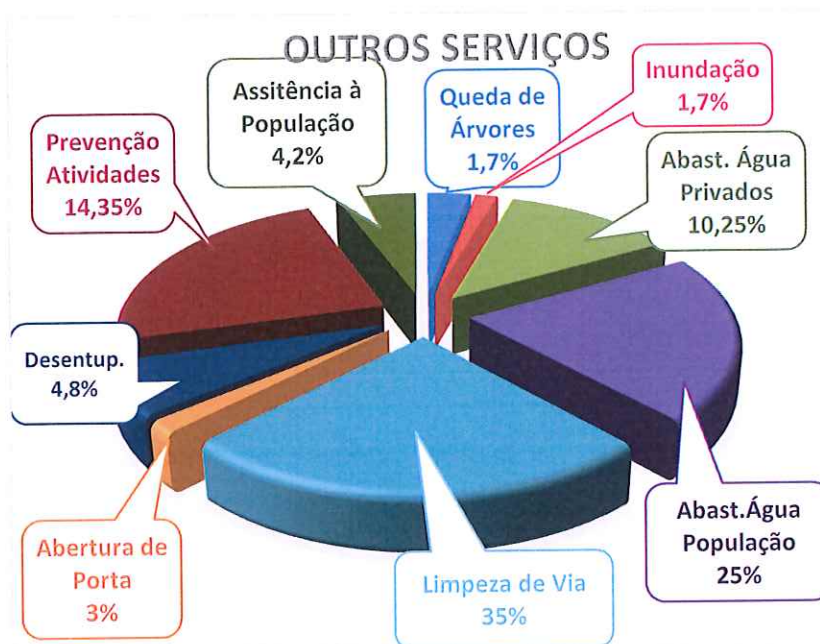
4.4 – Estados de Alerta

Estados de Alerta	
Posic. Meios DECIR	12
Exer. ou Simulacros	3
Desl. Em Formação	28
Desl. Em Serviço Geral	70



4.5 – Outros Serviços

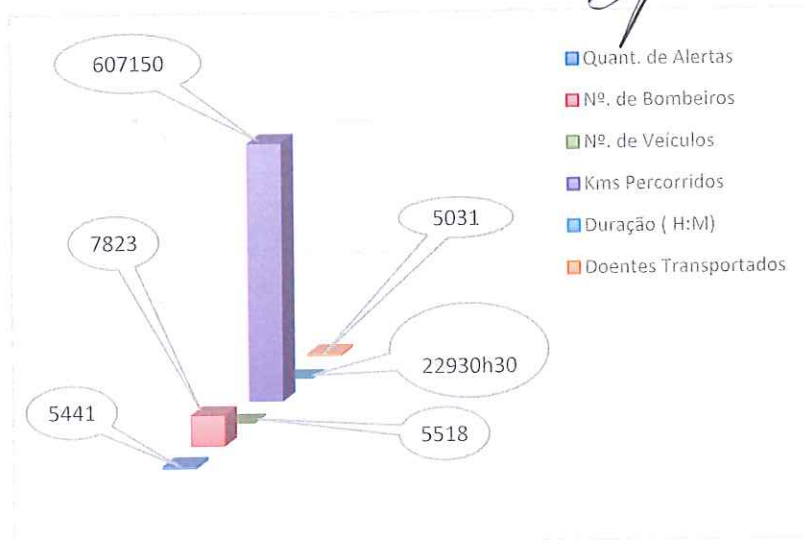
Outros Serviços	
Queda de Árvores	3
Inundação	3
Desentupimentos	8
Limpeza de Via	59
Prevenção a Atividades	24
Assistência à População	7
Abast. Água População	42
Abast. Água Privados	17
Abertura de Porta	5



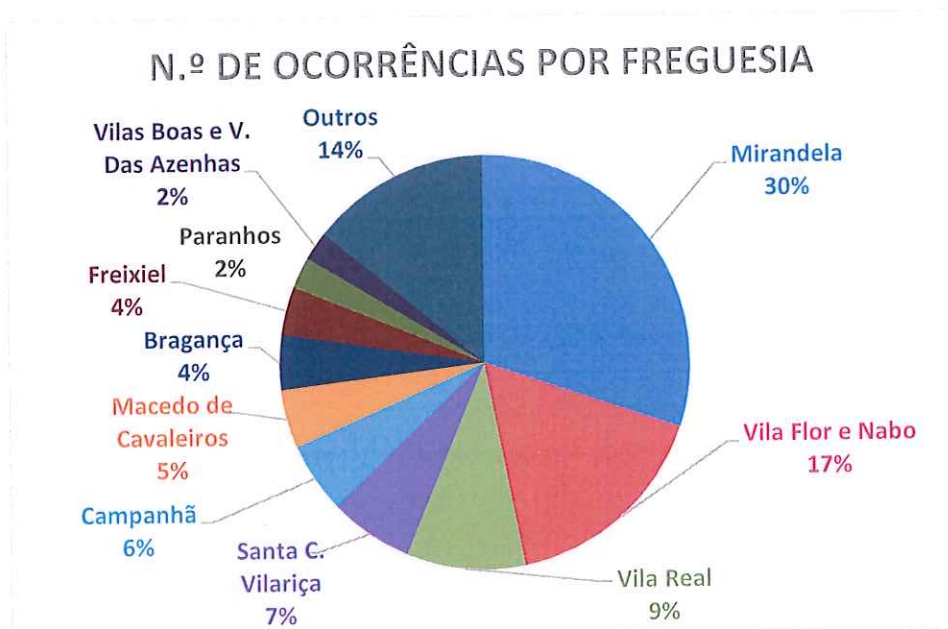


4.6 – Quadro Resumo

Quadro Resumo	
Nº Ocorrências	5140
Meios Humanos	7823
Meios Materiais	5518
Km Percorridos	607150
Duração (H:M)	22930:30
Doentes Transportados	5031



4.7 – Quadro Resumo por Freguesia





Anexo às Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2025

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor, pessoa coletiva nº 501 408 177, é uma Instituição humanitária sem fins lucrativos, com a sede na Rua Dr. Oliveira Salazar, nº 2, em Vila Flor.

Tem como principal atividade o socorro e proteção civil.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Direção.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).



Handwritten signature and initials

Handwritten signature and initials

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ESNL.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 40



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".



3.5 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.



3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



3.9 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.10 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se registaram no período.



5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 2025 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Valor b escriturado	Início do Período	Aquisições	Alienações ansf e Abat	Fim do Período
Bens do Património histórico cultural	17 193,51	0,00		17 193,51
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00		0,00
Edifícios e outras Construções	1 050 313,93	0,00	0,00	1 050 313,93
Equipamento Básico	129 835,27	3 740,00	0,00	133 575,27
Equipamento de Transporte	1 554 610,02	26 754,00	0,00	1 581 364,02
Equipamento Administrativo	60 063,37	2 329,92	0,00	62 393,29
Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	17 181,64	0,00	0,00	17 181,64
Totais	2 829 197,74	32 823,92	0,00	2 862 021,66



As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, para os bens adquiridos a partir do exercício de 2012, utilizando-se para o efeito as taxas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90, de 12 de Janeiro, para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009, e no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Valor b escriturado	Início do Período	Amortização do Período	Outras Alterações	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	0,00		0,00	0,00
Edifícios e outras Construções	652 782,57	9 938,29	0,00	662 720,86
Equipamento Básico	105 252,70	7 782,47	0,00	113 035,17
Equipamento de Transporte	1 351 578,06	63 682,28	0,00	1 415 260,34
Equipamento Administrativo	56 248,66	1 751,77	0,00	58 000,43
Outras Imobilizações	17 193,51	0,00	0,00	17 193,51
Outros Activos Fixos Tangíveis	2 584,12	2 085,53	0,00	4 669,65
Totais	2 185 639,62	85 240,34	0,00	2 270 879,96

Não existem restrições de titularidade, nem ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.



Handwritten signatures and the coat of arms of Vila Flor.

6 INVENTÁRIOS

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido no exercício findo em 2025 é detalhado conforme se segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existencias iniciais	0,00	49 687,82
Compras	0,00	26 211,66
Doações	0,00	0,00
Regularização de Existências	0,00	0,00
Existencias Finais	0,00	39 429,29
Custos do Exercício	0,00	36 470,19

Não se mostrou necessário o reconhecimento de qualquer perda por imparidade relativo a este ativo.



7 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ACTIVOS FINANCEIROS	2025			2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades						
Caixa	627,27	0,00	627,27	537,02	0,00	537,02
Depósitos À Ordem	274 381,23	0,00	274 381,23	257 384,21	0,00	257 384,21
Outos Dep Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	275 008,50	0,00	275 008,50	257 921,23	0,00	257 921,23
Activos Financeiros ao custo amortizado						
Clientes e Utentes	92 941,97	0,00	92 941,97	99 230,85	0,00	99 230,85
Outras contas a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	92 941,97	0,00	92 941,97	99 230,85	0,00	99 230,85

A totalidade dos montantes de contas a receber são realizáveis no período de 12 meses, razão pela qual se apresentam no Ativo Corrente.



Handwritten signatures and the official seal of the Association of Volunteer Firefighters of Vila Flor.

A Rubrica de "Outras contas a receber" apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Devedores por Ac. Rendimentos	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
	0,00	0,00
	0,00	0,00

8 DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 2025 e em 2024 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição

	2025	2024
Gastos a Reconhcer	0,00	0,00
	0,00	0,00
	0,00	0,00

Handwritten signatures: "Ca. Flor", "S. P.", "J. Sousa", "R.", and "Tito". The coat of arms of Vila Flor is also present.

9 FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos

A Instituição tem um fundo inicial que se mantém sem variação até à data.

A Instituição tem reconhecidos Subsídios ao Investimento associados a Reconstrução do seu Edifício Sede

O movimento ocorrido nas quantias escrituradas destes subsídios foi o seguinte:

Subsídios	total	recebido	por receber	do período	acumulado
Piddac Anos Anteriores	31 000,00	31 000,00	0,00	620,00	4 340,00
Câmara Municipal de V Flor	174 754,50	174 754,50	0,00	3 495,09	45 436,26
QREN-Quadro Ref ^o Estrat Nac	350 902,15	350 902,15	0,00	7 018,04	89 830,92
Câmara Municipal-Sub Event	15 000,00	15 000,00	0,00	300,00	3 900,00
Câmara Municipal de V Flor	21 948,00	21 948,00	0,00	0,00	21 948,00
INEM-Instituto Emerg Médica	30 000,00	30 000,00	0,00	0,00	30 000,00
Symington-Vinhos Sa	42 000,00	42 000,00	0,00	0,00	42 000,00
Câmara Municipal-For Custom	27 800,00	27 800,00	0,00	5 560,00	16 680,00
	693 404,65	693 404,65	0,00	16 993,13	254 135,18



10 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	33 408,33	22 026,79
	33 408,33	22 026,79
Outros passivos financeiros		
Outras Contas a Pagar	59 711,12	46 215,48
	59 711,12	46 215,48
	93 119,45	68 242,27

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

Remunerações a liquidar	59 649,06	46 215,48
Fornecimentos e Serviços Externos a Pagar	0,00	0,00
Outros	62,06	0,00
	59 711,12	46 215,48



11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2025 e em 2024 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2025		2024	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		0,00		0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		1 294,00		1 272,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00	0,00	479,21
Contribuições para a segurança Social		8 345,82		8 396,29
Outros Impostos		0,00		0,00
	0,00	9 639,82	0,00	10 147,50

12 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Associação é detalhado conforme se segue:

	2025	2024
Venda de bens	0,00	0,00
Prestações de serviços	473 942,84	494 485,75
Rendimentos de propriedades de investimento	0,00	0,00
	473 942,84	494 485,75



13 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios À Exploração	Quantias concedidas	
	Entidade concedente	Total	Total
1	Autoridade Nacional de Protecção Civil	448 004,61	402 119,40
2	Câmara Municipal de Vila Flor	248 586,97	313 761,21
3	IEFP	0,00	0,00
4	Junta de Freguesia de Vila Flor	2 000,00	2 096,70
5	Doações e Heranças	0,00	0,00
6	Outras Juntas de Freguesia	500,00	6 064,43
7	Outros	0,00	0,00
8	IAPMEI	0,00	0,00
9		0,00	0,00
		699 091,58	724 041,74

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil a título de comparticipação nos serviços prestados



14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 tem o seguinte detalhe:

	2025	2024
Subcontratos-Exploração de Refeitórios	0,00	0,00
Trabalhos especializados	11 235,41	11 214,02
Publicidade e propaganda	270,60	2 219,39
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	1 230,00	2 093,30
Conservação e Reparação	221 389,72	205 122,19
Outros	748,19	571,67
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	13 825,84	20 261,09
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	3 598,55	11 001,80
Artigos para oferta	435,00	385,69
Outros	0,00	157,94
Electricidade	6 476,26	5 261,11
Combustíveis	107 090,83	116 181,38
Água	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Deslocações e estadas	3 134,09	3 029,60
Rendas e alugueres	0,00	0,00
Comunicação	13 004,42	9 233,09
Seguros	25 667,37	23 663,43
Contencioso e notariado	128,00	150,49
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	1 552,52	1 777,74
Outros serviços	236 586,12	206 318,25
Outros	0,00	0,00
	646 372,92	618 642,18



15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é detalhada conforme se segue

	2025	2024
Remunerações do Pessoal	363 521,76	308 403,80
Encargos sobre remunerações	81 098,11	68 863,06
Seguros de ac. Trabalho	4 708,87	4 040,76
Outros	35 901,93	34 099,05
	485 230,67	415 406,67

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2025 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2025)
Motoristas	7
Operadores de Comunicações	5
Administrativo	1
Pessoal de 1ª Intervenção	10
Pessoal de Limpeza	1



16 DEPRECIações E AMORTIZAções

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é conforme se segue:

Descrição	2025	2024
Activos fixos tangíveis	85 240,34	88 395,06
Activos intangíveis	0,00	0,00
	85 240,34	88 395,06

17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 2025 e em 2024 é conforme se segue:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	6 840,11	16 674,50
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	375,00
Subsídios	16 993,13	16 993,13
Donativos	4 603,97	6 476,39
Outros	14 344,54	14 550,64
	42 781,75	55 069,66



18 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2025 e 2024 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2025	2024
Depósitos em instituições de crédito	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	0,00	0,00

19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Vila Flor, 17 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Carla Graça Gomes Fernandes

A Direção

Carla Graça Gomes Fernandes
António Augusto Martins WP2
[Signature]
[Signature]
Sérgio Manuel Ribeiro Cardozo Pardo
Vito Lúcio Teixeira Almeida
[Signature]

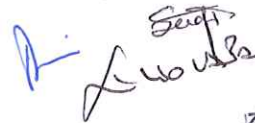
Balço em 31 de Dezembro de 2025

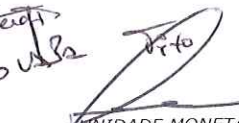

 Balço
 UNIDADE DE MONETÁRIA (€)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variança
		31 Dez 2025	31 Dez 2024	
<u>ATIVO</u>				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	573.948,19	626.364,61	-8,37%
Bens do património histórico e cultural	5	17.193,51	17.193,51	0,00%
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		983,35	983,35	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
		592.125,05	644.541,47	-8,13%
Ativo corrente				
Inventários	6	39.429,29	49.687,82	-20,65%
Clientes	7	92.941,97	99.230,85	-6,34%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	7	275.008,50	257.921,23	6,62%
		407.379,76	406.839,90	0,13%
Total do Ativo		999.504,81	1.051.381,37	-4,93%
<u>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</u>				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		14.438,84	14.438,84	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		17.696,99	17.696,99	0,00%
Resultados transitados		424.234,19	295.593,55	43,52%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	9	439.269,47	456.262,60	-3,72%
Resultado líquido do período		-41.973,30	129.223,67	-132,48%
Total dos fundos patrimoniais		853.666,19	913.215,65	-6,52%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variação
		31 Dez 2025	31 Dez 2024	
Passivo corrente				
Fornecedores	10	33.408,33	22.026,79	51,67%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	11	9.639,82	10.147,50	-5,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		43.079,35	59.775,95	-27,93%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	10	59.711,12	46.215,48	29,20%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		145.838,62	138.165,72	5,55%
Total do Passivo		145.838,62	138.165,72	5,55%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		999.504,81	1.051.381,37	-4,93%

(1) - Euro





 UNIDADE MONETÁRIA (1)

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2025	2024	
Vendas e serviços prestados	12	473.942,84	494.485,75	-4,15%
Subsídios, doações e legados à exploração	13	699.091,58	724.041,74	-3,45%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-36.470,19	-18.717,05	-94,85%
Fornecimentos e serviços externos	14	-646.372,92	-618.642,18	-4,48%
Gastos com o pessoal	15	-485.230,67	-415.406,67	-16,81%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-500,61	100,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	17	42.781,75	55.069,66	-22,31%
Outros gastos e perdas		-1.403,00	-783,00	-79,18%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		46.339,39	219.547,64	-78,89%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16	-85.240,34	-88.395,06	3,57%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-38.900,95	131.152,58	-129,66%
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares suportados		-3.072,35	-1.928,91	-59,28%
Resultados antes de impostos		-41.973,30	129.223,67	-132,48%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-41.973,30	129.223,67	-132,48%

(1) - Euro

Valência: Todas || Do Mês: Abertura || Ao Mês: Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2025	2024	
Vendas e serviços prestados		473.942,84	494.485,75	-4,15%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-521.700,86	-434.123,72	-20,17%
Resultado bruto		-47.758,02	60.362,03	-179,12%
Outros Rendimentos		741.873,33	779.111,40	-4,78%
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00%
Gastos administrativos		-731.613,26	-707.537,85	-3,40%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos		-1.403,00	-783,00	-79,18%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-38.900,95	131.152,58	-129,66%
Gastos de financiamento		-3.072,35	-1.928,91	-59,28%
Resultados antes de impostos		-41.973,30	129.223,67	-132,48%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-41.973,30	129.223,67	-132,48%

(1) - Euro

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2025	2024	Variância
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		94.731,62	99.249,82	-4,55%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-229.516,21	-335.499,22	31,59%
Pagamentos ao pessoal		-330.979,48	-291.007,58	-13,74%
Caixa gerada pelas operações		-465.764,07	-527.256,98	11,66%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00%
Outros recebimentos/pagamentos		-203.661,41	-120.330,83	-69,25%
Recebimentos de Subsídios		701.142,67	732.827,32	-4,32%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		31.717,19	85.239,51	-62,79%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-14.629,92	-430,50	-3.298,36
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	-7.476,67	100,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-14.629,92	-7.907,17	-85,02%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00	0,00%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		17.087,27	77.332,34	-77,90%

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2025	2024	
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período		257.921,23	180.588,89	42,82%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		275.008,50	257.921,23	6,62%

(1) - Euro



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor, analisou as Contas relativas ao exercício de 2025 e apresenta o seguinte parecer:

ANÁLISE DAS CONTAS

O Conselho Fiscal analisou todos os documentos apresentados, relatório de atividades, balanço, demonstração de resultados, fluxo de caixa, anexo às demonstrações financeiras e resultado líquido do exercício que foi de 41.973,30€ (negativos).

A afetação do Resultado Líquido do exercício à rubrica de Resultados Transitados.

PARECER

O Conselho Fiscal considera que as Contas da Associação relativas ao exercício de 2025 refletem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira e os resultados da Associação.

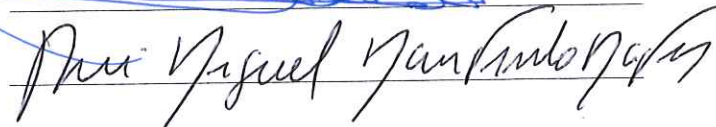
Por conseguinte, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação das contas pela Assembleia Geral, do dia 27 de Março de 2026.

Desta forma o Conselho Fiscal dá o seu **PARECER POSITIVO**.

Vila Flor, 17 de Março de 2026

O Conselho Fiscal





RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA FLOR (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 999.505 euros e um total de fundos patrimoniais de 853.666 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 41.973 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração (individual / consolidada) dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA FLOR em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas sobre essas demonstrações financeiras em 17 de março de 2025.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 25 de março de 2026



CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Sónia Costa Matos

Registo na OROC n.º 1128

Registo na CMVM com o n.º 20160740



ATAS DA ASSEMBLEIA GERAL

ATA N.º 1/2026

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu em Sessão Ordinária, no Quartel-Sede, a Assembleia-Geral da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor, sob a Presidência do Exmº Senhor Rogério de Jesus Sanches Fernandes, secretariado pelos Excelentíssimos Senhores António José Morais Carvalho e Filipe Manuel Bonifácio Pinhel. -----

Aberta a sessão às dezanove horas e trinta minutos, e não se encontrando presentes a maioria legal dos Associados aguardou-se conforme o estipulado no número um do artigo 47.º dos Estatutos, meia hora e após o decurso desta deu-se início aos trabalhos com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PRIMEIRO – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA DO ANO ECONOMICO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. -----

SEGUNDO – PROPOSTA DA DIREÇÃO PARA AUMENTO DE QUOTA DE NOVE EUROS PARA DOZE EUROS/ANO. -----

TERCEIRO – PROPOSTA DA DIREÇÃO PARA ALTERAÇÃO DO ARTIGO 26.º DOS ESTATUTOS. -----

QUARTO – OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE E ADMITIDOS PELA ASSEMBLEIA GERAL NOS TERMOS ESTATUTÁRIOS. -----

Estiveram presentes dezoito Associados. -----
Depois de lida a ata anterior, foi posta a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, abriu a sessão, cumprimentando os presentes. -----

PRIMEIRO – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATORIO E CONTAS DE GERÊNCIA DO ANO ECONOMICO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, informou a Assembleia Geral que iria dar início a esta reunião de acordo com a ordem de trabalhos que constam na respetiva convocatória, de seguida passou a palavra ao Senhor Presidente da Direção, o qual depois de agradecer a presença de todos, começou por apresentar o Relatório de Atividades, destacando as principais ocorrências operacionais, ações de formação, investimentos em equipamentos e viaturas, atividades de angariação de fundos e iniciativas de proximidade com a comunidade durante o ano de dois mil e vinte e cinco. O Senhor Presidente da Direção informou, que no referido exercício, a Associação registou de proveitos totais no valor de um milhões duzentos e quinze mil oitocentos e dezasseis euros e dezassete cêntimos e custos totais um milhão duzentos e cinquenta e sete mil setecentos e oitenta e nove euros e quarenta e sete cêntimos, da diferença entre os proveitos e os custos resultou um resultado líquido negativo de quarenta e um mil novecentos e setenta e três euros e trinta cêntimos. -----

O Senhor Presidente da Direção informou ainda que os custos mais significativos se relacionam com combustíveis, manutenção de viaturas, equipamentos de proteção individual, seguros e gastos com o pessoal, conforme detalhe constante nos documentos de prestação de contas. Foi esclarecido ainda que todos os documentos de suporte se encontram disponíveis para consulta na secretaria da Associação, tendo a contabilidade sido organizada em

conformidade com o regime de normalização contabilística aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo.-----

Propõe-se que o resultado líquido negativo seja transferido para a conta de Resultados Transitados. É o mais comum nestes casos. -----

A Direção informou que continuará a desenvolver esforços no sentido de reforçar as receitas através de candidaturas, donativos e parcerias bem como implementar medidas de controlo e racionalização de despesas, visando o equilíbrio financeiro da Associação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral retomou da palavra para solicitar ao Conselho Fiscal a leitura do seu Parecer, o qual emitiu parecer **FAVORÁVEL** à aprovação do Relatório de Atividades e das contas do exercício de dois mil e vinte e cinco, considerando que os mesmos traduzem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e desempenho da Associação Humanitaria de Bombeiros Voluntários de Vila Flor, referiu ainda que por solicitação da Associação, as contas do exercício foram objeto de auditoria externa independente, conforme ocorre anualmente. O Relatório de auditoria foi analisado pelo Conselho Fiscal, não tendo sido identificado reservas ou situações que coloquem em causa a fiabilidade e a veracidade da informação financeira apresentada no ano de dois mil e vinte e cinco. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral submeteu à votação o Relatório de Atividades e as Contas do Exercício de dois mil e vinte e cinco, as quais foram aprovadas por maioria, com a abstenção da sócia número, mil setecentos e setenta e quatro, Maria da Conceição Martins Carvalho Lopes. -----

SEGUNDO – PROPOSTA DA DIREÇÃO PARA AUMENTO DA QUOTA DE NOVE EUROS PARA DOZE EUROS/ANO. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, neste ponto passou a palavra ao Presidente da Direção, para que este apresenta-se a proposta da Direção, para a alteração do valor da quota anual dos Associados, fundamentando a necessidade de atualização face ao aumento dos custos de funcionamento da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor, a qual se passa a transcrever: -----

Proposta da Direção Para Alteração de Quota

A Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor, apresenta a seguinte proposta para alteração da quota da Associação, a partir de 1 de janeiro de 2026.

A Direção considera que a quota atual não é suficiente para cobrir os custos crescentes da Associação incluindo a manutenção das instalações, a aquisição de equipamento. Além disso, a quota não foi atualizada há vários anos e não reflete a inflação e o aumento do custo de vida.

A Direção propõe a alteração da quota da Associação da seguinte forma:

- Quota atual (9,00€), passando para (12,00€), / ANO;

A Direção recomenda à Assembleia Geral que aprove a alteração da referida quota.
Vila Flor, 17 de março de 2026

A Direção

A proposta consiste em fixar o valor da quota anual em doze euros, passando dos atuais nove euros para doze euros, com produção de efeitos a partir de um de janeiro de dois mil e vinte e seis.-----



Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor
Rua Dr. Oliveira Salazar, 2 - 5360-385 Vila Flor - Tel: 278 518 150 Fax: 278 512 864
CAE 75250 NIF 501 408 177 * E-mail: bvvilafior@sapo.pt

FOLHA 60

ATAS DA ASSEMBLEIA GERAL

Aberto o período de discussão, não se verificaram intervenções dos Associados presentes. ----
Submetida à votação, a proposta de alteração do valor da quota anual para doze euros, foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**, dos Associados presentes. Ficou deliberado que a Direção procederá à divulgação da alteração aos Associados e procederá às necessárias atualizações nos registos da Associação. -----

TERCEIRO – PROPOSTA DA DIREÇÃO PARA ALTERAÇÃO DO ARTIGO 26.º DOS ESTATUTOS. -----

O Presidente da Direção usou da palavra para apresentar a proposta de alteração do artigo 26.º dos Estatutos, relativa ao período de mandatos dos Órgãos Sociais, a qual passamos a transcrever:-----

Proposta da Direção Para Alteração do Artigo 26º dos Estatutos da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor

A Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor, apresenta a seguinte proposta para alteração do Artigo 26º dos Estatutos:

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO O ARTIGO 26º DOS ESTATUTOS PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

- 1º - O mandato Social tem a duração de quatro anos e inicia-se com a tomada de posse.
- 2º - Os titulares dos Órgãos Sociais mantem- se em funções até à posse dos novos titulares.
- 3º - O exercício do mandato dos titulares dos Órgãos Sociais só pode ter início após a respetiva tomada de posse, a qual, é dada pelo Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral até ao 30º dia posterior ao da eleição.
- 4º - O Presidente da Direção, só pode ser eleito para três mandatos consecutivos, após entrada em vigor do presente Estatuto.
- 5º - Incumbe aos Órgãos Sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores documentos e arquivo da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Flor aos Órgãos Sociais eleitos para novo mandato e até à posse destes, bem como informá-los com rigor de todas as circunstâncias relevantes que se possam repercutir na execução do mandato Social. A Direção considera que a alteração proposta à limitação de mandatos pode ser benéfica para garantir a renovação de ideias e a entrada de novos membros. No entanto, é importante considerar a experiência e o conhecimento dos membros atuais e encontrar um equilíbrio entre a renovação e a continuidade, e recomenda que a Assembleia Geral aprove a alteração do Artigo 26.º dos Estatutos.

Vila Flor, 17 de março de 2026
A Direção

Nota:

- A proposta de alteração será submetida à Assembleia Geral para Aprovação.
- A alteração entrará em vigor após a aprovação pela Assembleia Geral e a sua publicação no registo competente. -----

Seguidamente informou que, após análise, verificou que a matéria em causa, configura uma alteração Estatutária, cuja aprovação e votação só pode ocorrer em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 83.º n.º 1 dos Estatutos, ficando a mesma sem efeito nesta Assembleia.-----

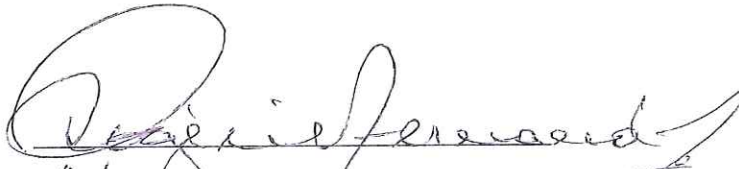
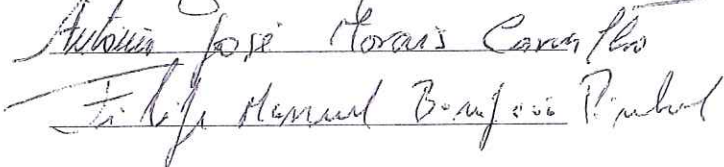
Face ao exposto, o Presidente da Direção retirou a referida proposta da ordem de trabalhos, a Assembleia tomou conhecimento e nada objetivou: -----

QUARTO — OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE E ADMITIDOS PELA ASSEMBLEIA GERAL NOS TERMOS ESTATUTÁRIOS; -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, passou a palavra ao Senhor Presidente da Direção, o qual informou a Assembleia sobre o ponto da situação relativo à Unidade Local de Formação, referindo que se mantém em curso o processo administrativo associado à mesma. --- Informou ainda que irá contactar o Senhor Presidente da Câmara de Vila Flor, no sentido de obter informação atualizada quanto ao ponto de situação da respetiva adjudicação e ao início previsto para o arranque das obras. -----

A Assembleia tomou conhecimento e ficou a aguardar às informações a serem prestadas pela Direção após o referido contacto. Não havendo mais nenhum Associado que pretendesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. -----

Para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que constituíram a Mesa. -----


António José Moraes Carvalho

Filipe Manuel Borges Pinheiro

